

Demora do Plano Brady preocupa País

CESAR FONSECA

A posição expressa pelo presidente do Banco Central dos Estados Unidos, Alan Greenspan, de que não apoiará nenhuma medida salacionista para os países devedores que implique em sacrifício para o contribuinte norte-americano, deixou apreensivo o Governo brasileiro, pois ela representa um sinal preliminar de quanto será difícil implementar, na prática, a proposta feita pelo secretário do Tesouro dos EUA, Nicholas Brady, em favor da redução da dívida externa dos devedores de renda média.

O Governo ficou mais apreensivo, ainda, com as declarações do subsecretário do Tesouro, David Mulford, de que o Brasil não receberá, de imediato, os benefícios contidos na proposta de Brady, porque o País já fez um acerto, no ano passado, com os credores internacionais, que prevê uma série de medidas das quais, se implementadas a curto prazo, redundarão em redução do estoque da dívida, como, por exemplo, a conversão da dívida em capital e lançamento de bônus no mercado internacional, entre outras providências. Os benefícios segundo os quais o País poderia comprar sua própria dívida com dinheiro emprestado das agências multilaterais de crédito, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (que seriam, segundo o plano de Nicholas Brady, fortalecidos com capitais japoneses, norte-americano e europeus) não viriam agora. Antes seriam privilegiados a Venezuela e o México.

A alternativa que restaria ao Brasil seria, portanto, trabalhar, dentro do contexto em que está inserido, na base do acordo firmado com os credores, no ano passado, que prevê a continuidade do pagamento dos juros em patamares elevados (este ano o Brasil deverá pagar 12 bilhões de dólares), através do esforço de exportações, cuja previsão é de alcançar, até dezembro, um superávit de 14,5 bilhões de dólares. Para fazer face aos compromissos, o País precisaria de uma complementação financeira dos bancos de 1,2 bilhão de dólares, mais o desembolso de recursos do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Os credores estão atrasando a liberação dos recursos, o Fundo Monetário Internacional não está satisfeito com o comportamento do déficit público e o Banco Mundial condicionará a liberação de novos recursos para o País à implementação de uma política ecológica cuja direção, provavelmente, deverá ser acertada entre ele e o Governo brasileiro.

VISÃO ESTREITA

No Ministério da Fazenda, os assessores do ministro Maílson da Nóbrega alimentam um otimismo bastante moderado, por enquanto, em relação ao Plano Brady. Eles criticam a posição de Alan Greenspan, do Banco Central, considerando-a estreita e individualista. Lembram que quando os Estados Unidos, no início da década de 80, elevaram a taxa de juros de 6 para 21 por cento no espaço de 18 meses, impuseram grandes sacrifícios sobre os países devedores, lancando-os na recessão que perdura até hoje. Reagir como está reagindo, agora, o presidente do FED (banco central norte-americano) demonstra falta de disposição para cooperar.

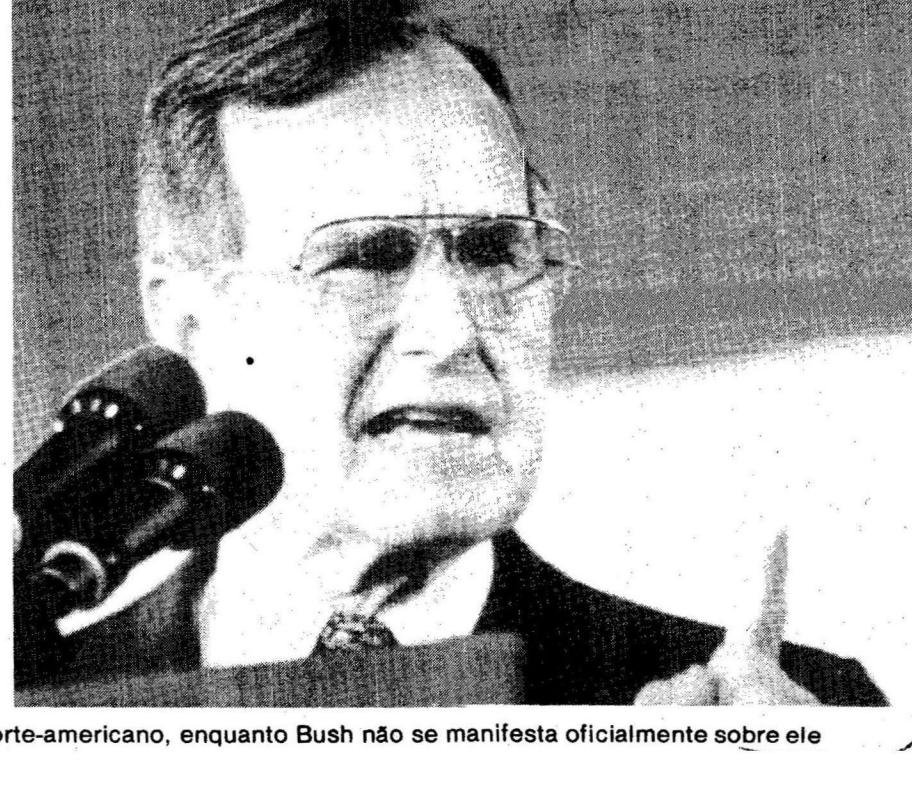
Açabará predominando, segundo a avaliação de um dos assessores do ministro, a visão maior que está orientando os países ricos a abraçarem um plano de salvação econômica dos países devedores: a necessidade de promover a recuperação do comércio internacional. Esta não ocorrerá se não houver um fortalecimento financeiro das economias dos países devedores, de forma a permitir-lhes aumentar as importações e promover o desenvolvimento interno e o fortalecimento do poder de compra dos salários. Mas, enquanto, não existe nenhuma definição sobre o Plano Brady, não há outra alternativa senão aguardar as regras que serão fixadas, principalmente, no sentido de induzir os bancos credores a darem apoio ao Plano. Estes, dizem os assessores na Fazenda, fizeram, nos últimos anos, grandes provisões contra os devedores duvidosos e, graças a essa estratégia, puderam abater no imposto de renda os prejuízos previsíveis. Hoje, o perigo de uma falência está afastado; razão pela qual os bancos não correrão risco com o Plano Brady.

BIRD

O financiamento de um bilhão de dólares que o Ministério das Minas e Energia está negociando com o Banco Mundial, para o setor elétrico, inclui um pacote ambiental, no valor de 300 milhões de dólares, cujos serviços e obras já estão em andamento. A informação é da coordenadora de comunicação social do MME.

O pacote ambiental, cujos recursos deverão ser canalizados para o MME até junho próximo, representa a primeira das três parcelas do financiamento, a ser liberado em 18 meses. A segunda parcela, de 350 milhões de dólares, será objeto de negociações, a serem concluídas até o final do ano. A terceira parcela, de igual valor, deverá ser negociada nos primeiros meses de 1990. Ambas dizem respeito a projetos específicos, na área de transmissão e distribuição de energia, e na área de conservação de energia — segundo o MME.

FOTOS: ARQUIVO



Plano de Brady (E) divide governo norte-americano, enquanto Bush não se manifesta oficialmente sobre ele